

Capítulo 11

Masculinidades precárias, afetos e violência como refúgio identitário Uma leitura sociológica a partir da precariedade estrutural e dos afetos políticos

*Victor Hugo Pérez Gallo
Zoraide Santos Vieira*

Introdução

A persistência da violência masculina em contextos de desigualdade social constitui um dos problemas mais complexos e, ao mesmo tempo, mais simplificados pelas interpretações dominantes nas ciências sociais e no debate público. Com frequência, tal violência é explicada a partir de marcos individualizantes que a reduzem a desvios psicológicos, falhas morais ou patologias pessoais do agressor. Esse tipo de leitura, embora funcional para a gestão institucional do problema, tende a invisibilizar as condições estruturais, relacionais e afetivas que fazem da violência uma prática socialmente inteligível e, em determinados contextos, dotada de sentido para aqueles que a exercem (Connell, 1995; Kimmel, 2008).

Desde os estudos críticos sobre masculinidades, tem-se insistido que a violência não constitui um traço essencial do ser masculino, mas uma prática social aprendida, historicamente situada e profundamente imbricada em relações de poder, hierarquias de gênero e dispositivos de reconhecimento social (Connell e Messerschmidt, 2005; Messner, 2016). No entanto, mesmo dentro desse campo, persiste uma tendência a analisar a violência como expressão direta de uma masculinidade hegemônica estável, sem atenção suficiente aos processos contemporâneos de erosão, deslocamento e fragilização desse modelo.

Este capítulo parte de uma hipótese distinta: em contextos de precariedade material e simbólica, a violência pode operar como um **refúgio identitário**, isto é, como uma estratégia prática por meio da qual determinados homens buscam recompor reconhecimento, controle e sentido de si diante de experiências persistentes de desautorização social. Longe de compreender a violência como um resíduo arcaico ou uma anomalia individual, propõe-se analisá-la como uma resposta situada à crise do reconhecimento masculino em cenários marcados pela desigualdade, pela insegurança existencial e pela anulação de horizontes de futuro.

Em pesquisas anteriores desenvolvidas em contextos urbanos empobrecidos do Estado espanhol, demonstrei como jovens homens em situação de exclusão social experimentam uma profunda sensação de perda de status, invisibilidade e fracasso identitário, especialmente em relação aos mandatos clássicos da masculinidade hegemônica vinculados ao trabalho, à provisão econômica e à autoridade simbólica (Pérez Gallo, 2015). Essa experiência não se traduz apenas em discursos explícitos de mal-estar, mas se encarna em práticas cotidianas, formas de relação e disposições afetivas que estruturam a ação social.

Uma das contribuições centrais dessa linha de pesquisa foi a formulação do conceito de **masculinidade “ferida”**, entendida não como uma condição psicológica individual, mas

como uma posição social produzida estruturalmente na interseção entre precariedade socioeconômica e o mandato normativo da autossuficiência masculina (Pérez Gallo, 2025a). Essa masculinidade ferida caracteriza-se por afetos persistentes de humilhação, ressentimento e medo da irrelevância social — afetos que, como assinala a sociologia das emoções, não são meramente privados, mas politicamente organizados e socialmente circulantes (Ahmed, 2004).

A partir dessa perspectiva, a violência adquire uma função específica: reativar momentaneamente um eu masculino desautorizado. Diversos estudos anglo-saxões demonstram como, em contextos de perda de poder estrutural, certos homens recorrem a práticas de controle, intimidação ou agressão como mecanismos compensatórios de afirmação identitária (Kimmel, 2013; Anderson, 2009). Essas práticas não visam apenas causar dano, mas produzir reconhecimento — ainda que negativo —, estabelecer limites e reinscrever o sujeito em uma hierarquia relacional percebida como ameaçada.

Esse padrão torna-se particularmente visível no âmbito da violência conjugal e da violência de gênero. Em trabalhos empíricos recentes, analisei como determinadas narrativas legitimadoras da violência masculina operam como dispositivos de normalização, por meio dos quais os agressores ressignificam seus atos como respostas “necessárias”, “provocadas” ou “inevitáveis” diante da perda de controle relacional (Pérez Gallo, 2025b; Pérez Gallo e Vieira, 2022). Essas narrativas não emergem no vazio, mas se sustentam em marcos culturais mais amplos que continuam associando masculinidade à autoridade, firmeza e domínio emocional, mesmo quando as condições materiais impossibilitam cumprir tais ideais.

Nesse sentido, a análise dramaturgica da masculinidade, inspirada na obra de Erving Goffman, mostra-se particularmente útil para compreender a violência como um ato performativo orientado à restauração de uma identidade colocada em questão (Pérez Gallo, 2015). A violência não aparece aqui como perda de controle, mas como encenação do controle, dirigida tanto ao outro quanto ao próprio sujeito. Essa leitura dialoga com contribuições recentes que sublinham o caráter relacional e cênico da violência masculina em contextos de crise hegemônica (Messner, 2016; Jewkes et al., 2015).

O objetivo deste capítulo é, portanto, articular uma leitura sociológica da violência masculina como refúgio identitário, integrando os estudos críticos de masculinidades, a sociologia dos afetos e a análise empírica de práticas e narrativas cotidianas. A partir de uma abordagem qualitativa e microssociológica, propõe-se deslocar o foco do ato violento em si para as condições sociais que o tornam pensável, praticável e, em determinados contextos, funcional. Compreender esses processos não implica justificar a violência, mas identificar suas raízes estruturais com vistas à sua desativação em sua origem social.

Desenvolvimento

Os estudos críticos sobre masculinidades demonstraram de forma consistente que a masculinidade não constitui uma essência nem uma identidade fixa, mas uma configuração histórica de práticas, disposições e relações de poder (Connell, 1995). O conceito de masculinidade hegemônica permitiu compreender como determinados modelos masculinos conseguem se legitimar como normativos, não tanto por sua generalização empírica, mas por sua capacidade de organizar hierarquias de gênero e produzir consentimento social (Connell e Messerschmidt, 2005). No entanto, nas últimas décadas, múltiplas transformações

estruturais — precarização do trabalho, enfraquecimento do Estado social, mudanças nas relações de gênero e crise dos itinerários biográficos tradicionais — têm erodido as condições materiais que sustentavam esse ideal.

Essa erosão não implica o desaparecimento da masculinidade hegemônica, mas seu deslocamento contraditório. O modelo continua operando como horizonte normativo, porém torna-se crescentemente inalcançável para amplos setores de homens, especialmente jovens das classes populares e de contextos empobrecidos. Como apontam diversos autores, essa dissociação entre mandato normativo e possibilidade material produz uma experiência persistente de fracasso masculino estrutural, que não pode ser reduzida a uma vivência individual isolada (Kimmel, 2013; Messner, 2016).

Nesse sentido, meus trabalhos anteriores demonstraram como a masculinidade hegemônica atua simultaneamente como ideal regulador e dispositivo de exclusão, gerando posições masculinas frágeis, caracterizadas pela perda de reconhecimento social e pela desautorização simbólica (Pérez Gallo, 2015). A crise da masculinidade não deve ser compreendida, portanto, como uma crise dos homens em abstrato, mas como uma crise diferencial do acesso ao reconhecimento masculino, profundamente atravessada por classe social, idade e território.

Masculinidade “ferida” como posição social

Em continuidade com esse argumento, propus o conceito de masculinidade “ferida” para dar conta de uma posição social específica produzida pela tensão entre mandato hegemônico e precariedade estrutural (Pérez Gallo, 2025a). Diferentemente de noções psicologizantes centradas na frustração individual, a masculinidade ferida remete a uma experiência socialmente compartilhada de despossessão simbólica, humilhação e perda de status, que emerge quando os homens não conseguem cumprir os imperativos normativos de provisão, controle e autossuficiência.

Essa ferida não é metafórica. Ela se manifesta em disposições corporais, estilos relacionais, narrativas justificadoras e economias afetivas específicas. A partir de um enfoque dramaturgico inspirado em Goffman, pode-se afirmar que esses sujeitos vivenciam uma ruptura do papel masculino legítimo, o que os obriga a mobilizar estratégias compensatórias orientadas à preservação de uma identidade minimamente coerente diante dos outros e de si mesmos (Pérez Gallo, 2015).

A masculinidade ferida não constitui uma categoria residual ou marginal, mas uma forma socialmente produzida de masculinidade ordinária em contextos de desigualdade avançada. Sua relevância analítica reside no fato de permitir compreender por que certos homens, longe de abandonar os ideais hegemônicos, a eles se apegam de forma reativa, intensificando práticas de controle, dominação ou violência como resposta à ameaça identitária.

A articulação entre masculinidades e violência exige incorporar de maneira central a dimensão afetiva. A sociologia das emoções demonstrou que os afetos não são estados internos privados, mas fenômenos socialmente organizados, culturalmente regulados e politicamente produtivos (Ahmed, 2004). Emoções como a raiva, o ressentimento, a humilhação ou o medo não emergem espontaneamente, mas se inscrevem em narrativas, marcos interpretativos e relações de poder que lhes conferem sentido.

Em minhas pesquisas empíricas, constatei que a masculinidade ferida se estrutura em torno de uma economia afetiva específica, caracterizada pela acumulação de humilhação silenciosa, medo da irrelevância social e uma raiva contida que busca vias legítimas de expressão (Pérez Gallo, 2025a). Essas emoções não operam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente, gerando disposições para práticas de confronto, controle ou violência.

Autores anglo-saxões destacaram como, em contextos de declínio do poder masculino tradicional, a raiva se converte em um afeto central para a recomposição identitária (Kimmel, 2013). Contudo, mais do que interpretá-la como reação espontânea, é necessário compreendê-la como afeto politicamente produzido, vinculado a narrativas de agravo, perda e despossessão. Nessa perspectiva, a violência não aparece como descarga emocional, mas como ação afetivamente racionalizada.

Longe de constituir um fenômeno excepcional, a violência masculina deve ser compreendida como uma prática social ordinária, integrada a repertórios cotidianos de interação. Diversos estudos demonstraram que a maioria das violências exercidas por homens não assume formas extremas ou espetaculares, mas se expressa por meio de gestos, palavras, controles, intimidações e microagressões naturalizadas (Jewkes et al., 2015).

No âmbito da violência conjugal, meus trabalhos evidenciaram como essas práticas se sustentam por meio de narrativas legitimadoras que ressignificam a violência como reação necessária, correção legítima ou resposta provocada (Pérez Gallo, 2025b; Pérez Gallo e Vieira, 2022). Essas narrativas não apenas justificam a violência a posteriori, mas a tornam pensável e praticável no interior de relações de gênero atravessadas por desigualdades persistentes.

A partir de um enfoque dramaturgico, a violência pode ser interpretada como um ato performativo orientado a restaurar uma definição da situação favorável ao agressor. Não se trata de perda de controle, mas de uma forma específica de exercê-lo, especialmente quando outras fontes de autoridade masculina foram erodidas (Pérez Gallo, 2015). Nesse sentido, a violência cumpre uma função de reafirmação identitária, ainda que seus efeitos sejam profundamente destrutivos.

Com base nos elementos anteriores, este capítulo propõe conceituar a violência masculina como refúgio identitário. Essa noção designa o conjunto de práticas por meio das quais determinados homens, situados em posições de precariedade material e simbólica, buscam reconstruir reconhecimento, controle e sentido de si diante da experiência de desautorização social.

Esse refúgio não deve ser entendido como escolha consciente nem como estratégia plenamente instrumental. Trata-se, antes, de uma solução prática disponível em contextos nos quais outras vias de afirmação masculina foram bloqueadas. A violência oferece uma forma imediata — ainda que efêmera — de reinscrição em uma hierarquia relacional, produzindo respeito, temor ou visibilidade ali onde o sujeito se percebe como invisível.

A literatura anglo-saxã identificou processos semelhantes ao analisar a relação entre masculinidades marginalizadas e práticas violentas (Anderson, 2009; Messner, 2016). No entanto, o conceito de refúgio identitário permite enfatizar o caráter afetivo, relacional e simbólico da violência, evitando leituras reducionistas centradas exclusivamente no poder ou no controle.

Conceber a violência masculina como refúgio identitário implica um deslocamento analítico relevante. Em primeiro lugar, permite superar a dicotomia entre estrutura e agência, ao demonstrar como a violência é simultaneamente condicionada estruturalmente e ativada situacionalmente. Em segundo lugar, integra de forma não residual a dimensão afetiva, situando as emoções no centro da análise sociológica da violência.

Por fim, essa perspectiva possibilita articular uma crítica aos enfoques punitivos e moralizantes, sem incorrer na justificação da violência. Compreender a violência como prática socialmente produzida não equivale a legitimá-la, mas a identificar os mecanismos que a sustentam — condição necessária para sua desativação.

Metodologia. Abordagem qualitativa e análise microssociológica das masculinidades e da violência

O presente capítulo insere-se em uma abordagem qualitativa interpretativa, orientada a compreender as práticas de violência masculina não como condutas isoladas, mas como ações socialmente situadas, dotadas de sentido para os sujeitos que as exercem. Nessa perspectiva, a violência não é tratada como variável dependente passível de mensuração quantitativa, mas como prática relacional, produzida em contextos específicos de precariedade estrutural, mandatos normativos e economias afetivas.

O posicionamento epistemológico adotado parte de uma sociologia crítica que integra contribuições dos estudos de masculinidades, da sociologia das emoções e da microssociologia interacionista. Esse marco permite analisar a violência como fenômeno emergente da interação social, considerando tanto as condições estruturais que a possibilitam quanto as justificativas, narrativas e afetos que a sustentam na vida cotidiana (Pérez Gallo, 2015).

Sob essa ótica, o conhecimento não é concebido como representação neutra da realidade social, mas como interpretação situada, produzida a partir do diálogo entre teoria, material empírico e reflexividade investigativa. Essa escolha metodológica mostra-se especialmente pertinente para a análise de fenômenos moralmente carregados, como a violência de gênero, nos quais os discursos dos atores tendem a oscilar entre negação, normalização e autojustificação (Pérez Gallo, 2025b).

Estratégia de pesquisa

A estratégia metodológica baseia-se em um desenho qualitativo flexível, orientado a captar a complexidade das trajetórias masculinas em contextos de precariedade social. O objetivo não foi produzir generalizações estatísticas, mas identificar padrões interpretativos, disposições afetivas e repertórios de ação que permitam compreender como a violência se converte em uma prática socialmente disponível para determinados homens.

Em continuidade com pesquisas anteriores desenvolvidas pelo autor em contextos urbanos empobrecidos (Pérez Gallo, 2025a; Pérez Gallo e Vieira, 2022), o desenho privilegia uma aproximação microssociológica, atenta às interações cotidianas, aos relatos biográficos e aos processos de construção de sentido. Essa abordagem é particularmente adequada para

a análise de masculinidades precarizadas, pois permite observar como os sujeitos interpretam sua própria posição social e como traduzem essa interpretação em práticas concretas.

Técnicas de produção de informações

Para a produção do material empírico, foram empregadas técnicas qualitativas complementares, orientadas a captar tanto os discursos explícitos quanto os elementos implícitos da experiência masculina.

a) Entrevistas em profundidade

Foram realizadas entrevistas em profundidade com homens jovens e adultos, com atenção especial àqueles que se encontravam em situações de precariedade laboral, desemprego prolongado ou vulnerabilidade social. As entrevistas tiveram caráter semiestruturado, o que possibilitou combinar a exploração de temas-chave — trajetórias de vida, experiências de reconhecimento, relações de parceria conjugal, conflitos e percepções sobre a violência — com a emergência de narrativas não previstas inicialmente.

Esse formato favoreceu o surgimento de narrativas legitimadoras, ambivalências afetivas e contradições internas, elementos centrais para compreender a função identitária da violência em contextos de masculinidade ferida (Pérez Gallo, 2025a).

b) Grupos focais masculinos

Os grupos focais foram utilizados como espaço privilegiado para observar dinâmicas de interação entre pares, especialmente relevantes na produção e reprodução de normas masculinas. Diferentemente das entrevistas individuais, os grupos permitiram analisar processos de validação coletiva, silêncios cúmplices, brincadeiras e disputas simbólicas em torno da violência, do controle e da autoridade masculina.

Esse dispositivo metodológico mostrou-se particularmente útil para identificar pedagogias informais da masculinidade, isto é, os modos pelos quais os homens aprendem, reforçam ou questionam práticas violentas em contextos relacionais concretos.

c) Análise de narrativas cotidianas

De forma complementar, incorporou-se a análise de fragmentos discursivos provenientes de conversas informais, relatos espontâneos e expressões recorrentes registradas durante o trabalho de campo. Essas narrativas, longe de serem anedóticas, constituem material privilegiado para analisar a normalização da violência e sua inscrição na linguagem ordinária.

Crítérios de análise

A análise do material empírico foi desenvolvida segundo um enfoque indutivo-interpretativo, articulado em diversas etapas:

1. Leitura compreensiva do material, orientada à identificação de temas recorrentes, afetos dominantes e situações de conflito.

2. Codificação temática, centrada em eixos como precariedade, reconhecimento, humilhação, controle, legitimação da violência e emoções associadas.
3. Análise relacional, voltada à compreensão de como esses elementos se articulam em seqüências de sentido e práticas concretas.

Um aspecto central da análise foi a atenção às narrativas legitimadoras da violência, compreendidas como marcos interpretativos que permitem aos sujeitos ressignificar seus atos e preservar-se como moralmente aceitáveis (Pérez Gallo, 2025b). Do mesmo modo, foi dada atenção especial aos afetos explicitamente expressos — raiva, medo, frustração — e àqueles que operam de forma implícita, como a humilhação ou o ressentimento.

Reflexividade e posicionamento do pesquisador

Dado o caráter sensível do objeto de estudo, assumiu-se desde o início uma posição de reflexividade metodológica, reconhecendo que o processo de pesquisa é atravessado por relações de poder, expectativas normativas e marcos culturais compartilhados. A análise não parte de uma posição moralizante ou punitiva, mas de um esforço para compreender as lógicas sociais que tornam a violência uma prática pensável e praticável para determinados sujeitos.

Essa reflexividade é especialmente relevante no estudo das masculinidades, uma vez que o pesquisador não se encontra fora do campo simbólico que analisa. Nesse sentido, o enfoque dramaturgic adotado permite considerar tanto os participantes quanto o próprio pesquisador como atores imersos em cenas sociais específicas, com papéis, expectativas e limites (Pérez Gallo, 2015).

O enfoque metodológico adotado possibilita uma compreensão aprofundada dos processos sociais e afetivos que vinculam masculinidades precárias e violência. No entanto, seus resultados não devem ser interpretados em termos de representatividade estatística, mas de **transferibilidade analítica**. Os padrões identificados não pretendem descrever “os homens” em abstrato, mas iluminar dinâmicas sociais que podem ser reconhecidas em distintos contextos de desigualdade avançada, tanto na Espanha quanto no Brasil e em outros países da América Latina.

A análise empírica apresentada a seguir organiza-se em torno de uma série de eixos analíticos emergentes, construídos a partir do material qualitativo produzido por meio de entrevistas em profundidade, grupos focais masculinos e análise de narrativas cotidianas. Esses eixos não devem ser compreendidos como categorias fechadas, mas como padrões relacionais que permitem entender como determinadas formas de violência se inscrevem em trajetórias masculinas marcadas pela precariedade material, pela despossessão simbólica e pela erosão do reconhecimento social.

Longe de abordar a violência como um ato isolado ou excepcional, a análise centra-se em seu caráter ordinário, afetivamente carregado e socialmente inteligível. A violência aparece aqui como prática situada, profundamente entrelaçada com processos de construção identitária e com economias afetivas específicas que atravessam a experiência masculina contemporânea.

Um dos elementos mais recorrentes nos relatos analisados é a experiência persistente de desautorização masculina, entendida como a percepção de não cumprir — nem poder

cumprir — os mandatos normativos associados à masculinidade hegemônica. Essa desautorização articula-se principalmente em torno de trajetórias laborais fragmentadas, desemprego prolongado, trabalhos precários e dependência econômica, configurando biografias marcadas pela incerteza e pela ausência de projeção de futuro.

Os entrevistados descrevem com frequência uma sensação de “não contar”, “não servir” ou “estar sobrando”, expressões que remetem a uma perda profunda de valor social. Essa vivência não se restringe ao âmbito econômico, mas se estende às relações afetivas e familiares, nas quais a incapacidade de cumprir o papel de provedor ou de figura masculina de referência é vivenciada como uma forma de fracasso identitário.

Do ponto de vista analítico, essa desautorização não pode ser interpretada como um déficit individual, mas como o resultado de uma fratura estrutural entre mandato normativo e condições materiais. Nesse contexto, a masculinidade deixa de ser um recurso simbólico disponível e transforma-se em um espaço de questionamento permanente, gerando uma vulnerabilidade identitária que atravessa a experiência cotidiana dos sujeitos.

A desautorização masculina é acompanhada por uma economia afetiva específica, caracterizada pela acumulação de humilhação não expressa. Diferentemente de outras emoções socialmente legitimadas, a humilhação aparece nos relatos como um afeto difícil de nomear, vivido em silêncio e processado de forma solitária. Os participantes utilizam raramente o termo “humilhação”, recorrendo, em vez disso, a expressões indiretas que remetem a sentir-se “pisado”, “olhado de cima para baixo” ou “tratado como ninguém”.

Esse silêncio afetivo não é casual. No âmbito da masculinidade hegemônica, o reconhecimento da vulnerabilidade emocional continua sendo percebido como uma ameaça à identidade masculina. Como consequência, a humilhação não é elaborada por meio da verbalização ou da busca de apoio, mas internalizada e acumulada, gerando um substrato afetivo propício à emergência de respostas reativas.

A análise demonstra que essa acumulação afetiva não conduz necessariamente a episódios de violência imediata, mas configura uma disposição latente para a confrontação. A violência surge, assim, como uma possibilidade sempre disponível, passível de ativação em situações concretas que funcionam como gatilhos simbólicos: uma discussão conjugal, uma falta de reconhecimento, a percepção de desafio ou de desobediência.

Nesse contexto de humilhação acumulada, a raiva emerge como um afeto central na recomposição identitária. Diferentemente da humilhação, a raiva é uma emoção socialmente mais legitimada no repertório masculino, associada à firmeza, ao caráter e à capacidade de impor-se. Os relatos analisados indicam que a violência — especialmente em suas formas menos espetaculares — opera como uma via de transformação da humilhação silenciosa em ação visível.

A violência não é descrita como perda de controle, mas como sua recuperação. Expressões como “impor limites”, “fazer-se respeitar” ou “marcar território” aparecem de forma recorrente, indicando que o ato violento cumpre uma função simbólica de reativação do eu masculino. Embora essa reativação seja momentânea e não resolva as condições estruturais de precariedade, ela produz um efeito imediato de alívio identitário.

Sob uma leitura dramatúrgica, a violência pode ser interpretada como uma encenação orientada a restituir uma definição da situação favorável ao sujeito. O ato violento redefine a interação, inverte momentaneamente a assimetria percebida e reinscreve o homem em uma posição de agência, ainda que ao custo de produzir dano e conflito.

Um achado central da análise empírica é o caráter profundamente ordinário das violências descritas. Longe de episódios extremos ou excepcionais, a violência manifesta-se principalmente por meio de práticas cotidianas: gritos, intimidações, controle do tempo ou das relações, silêncios punitivos, ameaças veladas. Essas práticas integram um repertório relacional amplamente normalizado, tanto por aqueles que as exercem quanto por seu entorno imediato.

Nos grupos focais, essas formas de violência são raramente problematizadas de maneira explícita. Ao contrário, tendem a ser relativizadas, justificadas ou mesmo banalizadas por meio de brincadeiras e comentários irônicos. Esse processo de normalização cumpre uma função central: desativa a dimensão moral do ato violento, permitindo que ele seja percebido como uma reação compreensível ou até legítima em determinadas circunstâncias.

Do ponto de vista analítico, essa normalização não deve ser interpretada como ausência de consciência, mas como resultado de marcos culturais compartilhados que continuam a associar masculinidade à autoridade, ao controle emocional e à capacidade de imposição. A violência ordinária inscreve-se, assim, em uma pedagogia informal da masculinidade, transmitida e reforçada na interação cotidiana entre pares.

Outro eixo central da análise é a presença de narrativas legitimadoras que permitem aos sujeitos ressignificar a violência exercida e preservar uma autoimagem moralmente aceitável. Essas narrativas assumem diversas formas: atribuição da responsabilidade à outra pessoa, minimização do dano causado, apelo à provocação ou apresentação da violência como último recurso.

Essas estratégias discursivas não são meros mecanismos defensivos individuais, mas dispositivos sociais de produção de sentido que circulam amplamente e oferecem roteiros interpretativos disponíveis. Por meio deles, a violência é apresentada como resposta inevitável diante da perda de controle, reforçando sua função como refúgio identitário em contextos de masculinidade ferida.

A análise evidencia que essas narrativas não eliminam a ambivalência afetiva. Muitos participantes expressam simultaneamente culpa, vergonha e justificação, revelando a tensão permanente entre o reconhecimento da violência como problema e sua vivência como solução prática imediata.

Por fim, a análise empírica permite observar os limites e as contradições da violência como refúgio identitário. Embora os atos violentos produzam efeitos imediatos de reafirmação e controle, esses efeitos são efêmeros e tendem a reforçar dinâmicas de isolamento, deterioração relacional e estigmatização social.

Longe de resolver a precariedade estrutural ou a crise do reconhecimento, a violência contribui para sua reprodução, bloqueando outras possíveis vias de recomposição identitária. Essa ambivalência é parcialmente reconhecida pelos próprios sujeitos, que descrevem a violência como algo que “não resolve nada”, mas que continua aparecendo como a única opção disponível em determinados contextos.

A análise empírica confirma que a violência masculina, longe de ser um resíduo irracional ou uma anomalia individual, opera como prática socialmente produzida, profundamente entrelaçada a afetos, trajetórias de precariedade e crises do reconhecimento. Compreender a violência como refúgio identitário permite iluminar as condições sociais que a tornam pensável e praticável, abrindo a possibilidade de intervenções que não se limitem à punição, mas que enfrentem as raízes estruturais e afetivas do problema.

Discussão. Masculinidades, violência e hegemonia deslocada em contextos de precariedade

A análise empírica desenvolvida neste capítulo permite avançar uma leitura sociológica da violência masculina que se distancia tanto das interpretações individualizantes quanto dos enfoques que a concebem exclusivamente como expressão direta de uma masculinidade hegemônica sólida e estável. Ao contrário, os resultados apontam para uma dinâmica mais complexa, marcada pela fragilização do reconhecimento masculino, pela centralidade dos afetos políticos e pela função compensatória de determinadas práticas violentas em contextos de precariedade estrutural.

Nesse sentido, a violência não aparece como resíduo arcaico de um patriarcado intacto, mas como sintoma de uma hegemonia masculina erodida, que continua operando como ideal normativo apesar da impossibilidade material de sua realização por amplos setores de homens. Essa tensão entre mandato hegemônico e condições de vida precarizadas constitui o núcleo explicativo do que aqui foi conceituado como violência entendida como refúgio identitário.

Uma das principais contribuições deste capítulo reside em demonstrar que a masculinidade hegemônica não desaparece em contextos de precariedade, mas se desloca e se reconfigura. Embora o modelo normativo de masculinidade — baseado na provisão econômica, no controle emocional e na autoridade relacional — continue funcionando como horizonte de reconhecimento, suas condições materiais de realização foram profundamente erodidas. Nesse sentido, o ideal hegemônico persiste mais como mandato simbólico do que como posição efetivamente alcançável, produzindo uma forma específica de sofrimento social masculino (Connell, 1995; Connell e Messerschmidt, 2005).

Essa persistência do ideal, combinada com sua crescente inacessibilidade prática, gera uma tensão estrutural que atravessa as trajetórias de vida de numerosos homens em contextos de precarização e desclassificação social. Nesse cenário, a violência emerge como prática que permite simular momentaneamente o cumprimento do mandato hegemônico, restituindo de forma precária uma sensação de controle, autoridade e visibilidade. Longe de reforçar uma hegemonia estável, essas práticas evidenciam seu caráter frágil, reativo e contraditório. A violência não aparece aqui como expressão de um excesso de poder patriarcal, mas como resposta a um déficit estrutural de reconhecimento, especialmente em contextos nos quais outras fontes legítimas de autoridade masculina foram erodidas (Kimmel, 2013; Messner, 2016).

Essa leitura dialoga criticamente com abordagens que tendem a interpretar a violência masculina como simples reprodução direta de privilégios patriarcais ou como manifestação linear de uma masculinidade hegemônica intacta. Embora esses enfoques tenham sido fundamentais para tornar visíveis as desigualdades de gênero e as relações de dominação, mostram-se limitados quando não consideram os processos contemporâneos de desclassificação, precarização e despossessão simbólica que atravessam muitos dos sujeitos envolvidos (Jewkes, Flood e Lang, 2015). Reconhecer essa dimensão não implica negar a existência de relações de poder de gênero, mas complexificar a análise, incorporando as tensões internas, contradições e deslocamentos que caracterizam o campo masculino no capitalismo tardio.

Os resultados empíricos reforçam a necessidade de situar os afetos no centro da análise sociológica da violência, deslocando abordagens que continuam a tratá-la como resultado de impulsos individuais ou déficits de autocontrole. Emoções como humilhação, raiva ou medo da irrelevância não aparecem aqui como estados psicológicos privados, mas como afetos socialmente produzidos, estruturados por relações de poder, marcos normativos e narrativas culturais compartilhadas (Ahmed, 2004). Nesse sentido, os afetos não constituem um resíduo pré-social, mas um elemento central na organização da experiência e da ação social.

A violência, sob essa perspectiva, não pode ser compreendida como uma irrupção irracional nem como simples perda de controle emocional, como sugerem certos enfoques psicologizantes ou moralizantes. Ao contrário, apresenta-se como uma forma de ação afetivamente racionalizada, orientada a resolver de maneira imediata — ainda que precária e efêmera — uma situação vivida como intolerável do ponto de vista identitário. Os sujeitos recorrem a práticas violentas não porque desconheçam suas consequências, mas porque tais práticas permitem transformar a humilhação silenciosa em ação visível, reinscrevendo o sujeito em uma cena relacional na qual ele volta a “contar” e a ser reconhecido (Kimmel, 2013; Messner, 2016).

Esse achado dialoga criticamente com concepções que opõem emoção e racionalidade ou que interpretam a violência como suspensão momentânea da agência reflexiva. Longe de se produzir apesar dos afetos, a violência se produz por meio deles, como parte de uma economia emocional que organiza a ação social em contextos de precariedade estrutural. Nessa linha, a análise se distancia de enfoques que concebem as emoções como variáveis secundárias ou epifenomênicas e se alinha a perspectivas que entendem os afetos como tecnologias sociais de orientação da conduta, especialmente relevantes em cenários de fragilização do reconhecimento (Jewkes, Flood e Lang, 2015).

Outro elemento central que emerge da discussão é o caráter ordinário e normalizado de muitas das violências analisadas. Longe de se manifestarem apenas em episódios extremos ou excepcionais, a violência se expressa principalmente por meio de práticas cotidianas de controle, intimidação e dominação simbólica, amplamente legitimadas em determinados ambientes relacionais. Essa constatação dialoga com aportes clássicos sobre a violência simbólica e a reprodução cotidiana do poder, mas permite avançar um passo além ao situar tais práticas no marco específico das masculinidades precarizadas (Connell, 1995; Connell e Messerschmidt, 2005).

A normalização dessas violências não é acidental nem espontânea, mas resultado do que aqui se conceitua como pedagogias informais da masculinidade: processos relacionais por meio dos quais determinadas formas de exercer o poder masculino são transmitidas, reforçadas e legitimadas na interação cotidiana entre pares. Essa abordagem converge parcialmente com enfoques que sublinham o caráter aprendido da violência masculina, mas se distancia de leituras que tendem a conceber essas pedagogias como simples mecanismos de reprodução automática do patriarcado, sem considerar os contextos de fragilização do reconhecimento masculino nos quais tais práticas adquirem sentido.

A banalização da violência na vida cotidiana contribui para desativar sua problematização moral, apresentando-a como reação compreensível ou até necessária diante de situações de conflito. Nesse marco, as narrativas legitimadoras desempenham um papel central, ao oferecer roteiros interpretativos que permitem deslocar a responsabilidade,

minimizar o dano causado e preservar uma autoimagem masculina aceitável. Esse achado dialoga com trabalhos que analisaram a justificção cultural da violência de gênero (Jewkes, Flood e Lang, 2015), mas introduz um matiz relevante ao demonstrar como essas narrativas operam também como mecanismos de autoproteção identitária em contextos de desautorização social.

Sob essa perspectiva, a violência ordinária não deve ser compreendida apenas como exercício de dominação, mas como prática que cumpre uma função específica em trajetórias de masculinidade ferida. A normalização da violência reforça seu papel como refúgio identitário, ao convertê-la em uma opção socialmente disponível e culturalmente reconhecível para homens que experimentam uma profunda perda de status, visibilidade e valor social. Nesse sentido, a violência não surge no vazio nem responde exclusivamente a mandatos patriarcais abstratos, mas se inscreve em um ecossistema simbólico que a torna pensável, praticável e, em determinados contextos, legítima como forma de recomposição precária do eu masculino.

Apesar de sua eficácia simbólica imediata, a violência compreendida como refúgio identitário apresenta limites estruturais evidentes. Embora o ato violento produza efeitos momentâneos de reafirmação, controle e visibilidade, esses efeitos são essencialmente efêmeros e tendem a reforçar dinâmicas de isolamento, deterioração relacional e estigmatização social. Nesse sentido, a violência não resolve a crise do reconhecimento masculino, mas contribui para reproduzir e aprofundar a precariedade identitária que pretende mitigar.

Esse achado dialoga criticamente com abordagens que sublinharam a funcionalidade imediata da violência como recurso de poder, mas que tendem a subestimar seus efeitos acumulativos no médio e longo prazo. Enquanto certas leituras interpretaram a violência masculina como estratégia eficaz de controle e dominação, os resultados aqui apresentados mostram que essa eficácia é estruturalmente limitada e autodestrutiva, especialmente em contextos de masculinidades precarizadas (Messner, 2016). A violência aparece, assim, menos como instrumento de consolidação hegemônica e mais como sintoma de uma hegemonia deslocada, incapaz de se sustentar sem recorrer a práticas reativas.

A ambivalência desse refúgio violento é reconhecida parcialmente pelos próprios sujeitos, que descrevem a violência como uma solução que “não resolve nada”, mas que continua a aparecer como a única opção disponível em determinadas situações de conflito. Essa paradoxo é central para compreender a persistência da violência: os sujeitos são conscientes de sua ineficácia estrutural, mas carecem de alternativas viáveis de recomposição identitária em contextos nos quais o reconhecimento social se encontra bloqueado. Nesse ponto, a análise se distancia de enfoques moralizantes que atribuem a persistência da violência à falta de consciência ou responsabilidade individual e a situa no marco das condições estruturais de possibilidade.

A partir dessa perspectiva, a violência não deve ser analisada apenas como problema moral ou jurídico, mas como sintoma de bloqueios estruturais mais amplos que limitam as possibilidades de construção de masculinidades não violentas. A ausência de espaços legítimos de reconhecimento, somada à persistência de mandatos hegemônicos inalcançáveis, configura um cenário no qual a violência se converte em uma solução prática disponível, embora profundamente contraditória. Essa leitura reforça o núcleo conceitual do capítulo: a

violência como refúgio identitário não é uma escolha livre nem um desvio individual, mas uma resposta socialmente produzida à fragilização do reconhecimento masculino.

Embora o trabalho empírico se situe em um contexto específico, os processos analisados apresentam clara transferibilidade analítica para outros cenários de desigualdade avançada, particularmente na América Latina. As dinâmicas de precarização, desclassamento juvenil e fragilização do reconhecimento masculino identificadas neste estudo não constituem uma singularidade do contexto europeu, mas remetem a processos estruturais compartilhados por múltiplas sociedades do Sul global. Em países como Brasil, México, Equador e Cuba, esses processos assumem configurações históricas e políticas específicas, mas convergem em uma problemática comum: a persistência de mandatos masculinos hegemônicos em cenários nos quais as condições materiais e simbólicas para seu cumprimento foram profundamente erodidas.

No Brasil, uma ampla literatura tem documentado como a combinação entre desigualdade estrutural, racialização da pobreza e violência urbana configura contextos nos quais amplos setores de homens jovens experimentam intensa desautorização social, especialmente em periferias metropolitanas e favelas. Estudos clássicos e contemporâneos mostram como a violência se integra a repertórios relacionais orientados à produção de respeito, visibilidade e controle, funcionando como forma de regulação simbólica da masculinidade em contextos de exclusão (Zaluar, 2004; Caldeira, 2000). Sob essa perspectiva, a violência não pode ser compreendida apenas como fenômeno criminal, mas como prática social situada, profundamente vinculada a economias afetivas de humilhação e medo, o que reforça sua leitura como refúgio identitário em cenários de hegemonia deslocada.

No México, as pesquisas sobre violência juvenil e masculinidades tendem a se concentrar no impacto do narcotráfico, da criminalidade organizada e da militarização do espaço público. No entanto, diversos autores assinalam que essas dinâmicas se entrelaçam com trajetórias de precarização laboral, economias informais e bloqueios estruturais do reconhecimento masculino (Reguillo, 2012; Valenzuela, 2015). Nesse contexto, a violência aparece não apenas como estratégia econômica ou criminal, mas como recurso identitário para jovens cujas masculinidades são constantemente questionadas pela impossibilidade de alcançar autonomia, status ou reconhecimento social. A noção de violência como refúgio identitário permite, assim, deslocar a análise da lógica securitária para uma compreensão mais profunda das trajetórias afetivas e simbólicas que atravessam a violência masculina no contexto mexicano.

No Equador, os processos de precarização econômica, migração interna e reconfiguração do mercado de trabalho tiveram impactos significativos sobre as trajetórias juvenis masculinas, especialmente em contextos urbanos populares. Diversos estudos demonstram como essas transformações afetam a construção de identidades masculinas marcadas pela incerteza, frustração e perda de expectativas de mobilidade social (Ramírez Gallegos, 2020). Nesse cenário, a violência — tanto no âmbito doméstico quanto no espaço público — pode ser interpretada não apenas como reprodução de padrões patriarcais tradicionais, mas como resposta situada a bloqueios estruturais do reconhecimento, reforçando a pertinência do enfoque aqui proposto.

O caso cubano apresenta especificidades históricas e políticas próprias, mas não está à margem dessas dinâmicas. Pesquisas realizadas em contextos urbanos cubanos mostram como as transformações econômicas, a precarização material e a erosão dos mecanismos

institucionais de reconhecimento produziram novas formas de masculinidade ferida, particularmente entre jovens com trajetórias educacionais ou laborais interrompidas (Pérez Gallo, 2015; Pagés, 2010). Nesse contexto, a violência cotidiana — frequentemente invisibilizada ou normalizada — pode funcionar como recurso relacional para a afirmação do eu masculino, confirmando que a violência como refúgio identitário não é exclusiva de sociedades capitalistas avançadas, mas emerge sempre que os dispositivos de reconhecimento se fragilizam.

A partir dessa perspectiva comparativa, a conceitualização da violência como refúgio identitário permite construir pontes entre os estudos de masculinidades, a sociologia das emoções e as análises críticas do poder na América Latina. Esse enfoque não substitui as explicações estruturais sobre desigualdade ou violência, mas as complementa e densifica, ao demonstrar como essas estruturas se encarnam em afetos, práticas e trajetórias identitárias concretas. Dessa forma, fenômenos como a violência de gênero, a violência urbana ou mesmo a adesão masculina a discursos autoritários podem ser compreendidos como respostas afetivamente organizadas a crises persistentes do reconhecimento masculino em contextos de desigualdade avançada.

Em conjunto, a discussão desenvolvida nesta seção permite afirmar que a violência masculina não pode ser compreendida adequadamente sem considerar sua função identitária e afetiva em contextos de precariedade estrutural. Conceber a violência como refúgio identitário não implica relativizar sua gravidade, mas deslocar o foco analítico para as condições sociais que a tornam possível e funcional. Esse deslocamento é imprescindível para avançar em estratégias de intervenção que não se limitem à sanção, mas que enfrentem as raízes estruturais e simbólicas da violência masculina contemporânea.

Considerações finais

Este capítulo propôs uma leitura sociológica da violência masculina que se distancia deliberadamente de abordagens individualizantes, psicologizantes ou estritamente punitivas, que têm dominado grande parte do debate público e acadêmico. A partir de uma perspectiva qualitativa, microssociológica e afetiva, argumentou-se que determinadas formas de violência exercidas por homens em contextos de precariedade material e simbólica não podem ser compreendidas adequadamente sem considerar sua função identitária. A violência não aparece aqui como anomalia nem como resíduo arcaico, mas como prática socialmente produzida, situada e dotada de sentido em trajetórias masculinas marcadas pela desautorização e pela fragilização do reconhecimento.

O principal argumento desenvolvido ao longo do capítulo sustenta que, em contextos de precariedade estrutural, a violência pode operar como um refúgio identitário, isto é, como uma solução prática — ainda que efêmera e profundamente problemática — para a crise do reconhecimento masculino. Quando os mandatos normativos da masculinidade hegemônica continuam a operar como horizonte de valor social, mas as condições materiais impedem seu cumprimento, produz-se uma tensão estrutural que dá origem a experiências persistentes de humilhação, invisibilidade e fracasso identitário.

Nesse marco, a masculinidade ferida foi conceitualizada como uma posição social específica, caracterizada pela acumulação de afetos negativos — humilhação, ressentimento, medo da irrelevância — e pela ausência de canais legítimos para sua elaboração simbólica. A

violência emerge, então, não como descarga irracional, mas como ação afetivamente racionalizada, orientada a recompor momentaneamente o eu masculino e a restituir uma definição da situação favorável ao sujeito.

Essa leitura permite deslocar o foco analítico do ato violento em si para as condições sociais que o tornam pensável e praticável, integrando estrutura, afetos e práticas em uma mesma explicação sociológica.

Uma das principais contribuições deste trabalho consiste em complexificar a relação entre masculinidades e violência, evitando tanto a naturalização da violência masculina quanto sua interpretação exclusiva como exercício de um privilégio patriarcal intacto. Longe de negar as desigualdades de gênero, a análise demonstra que a violência pode funcionar como sintoma de uma hegemonia masculina deslocada, erosionada por processos de precarização, desclassamento e cancelamento de horizontes de vida.

O conceito de refúgio identitário violento permite, nesse sentido, avançar além das dicotomias clássicas entre dominação e vitimização, mostrando como certos homens exercem violência a partir de posições simultaneamente dominantes e precarizadas. Essa ambivalência é fundamental para compreender por que determinadas práticas violentas persistem mesmo quando seus efeitos são reconhecidos como destrutivos pelos próprios sujeitos.

Além disso, a integração explícita da dimensão afetiva constitui uma contribuição relevante ao campo. Ao situar emoções como a humilhação e a raiva no centro da análise, o capítulo questiona a separação tradicional entre racionalidade e emoção, demonstrando que a violência se produz por meio de economias afetivas socialmente organizadas e culturalmente legitimadas.

Outro achado central do trabalho é o caráter profundamente ordinário e normalizado de muitas das violências analisadas. Longe de episódios extremos ou excepcionais, a violência manifesta-se principalmente em práticas cotidianas de controle, intimidação e dominação simbólica, integradas a repertórios relacionais amplamente compartilhados. Essa normalização não apenas facilita a reprodução da violência, como também reforça sua função identitária, ao convertê-la em uma opção socialmente disponível e culturalmente reconhecível.

As narrativas legitimadoras identificadas na análise empírica desempenham papel central nesse processo, ao permitir que os sujeitos ressignifiquem seus atos e desloquem a responsabilidade, preservando uma autoimagem moralmente aceitável. Essas narrativas não devem ser interpretadas como simples desculpas individuais, mas como dispositivos sociais de sentido que circulam e se reforçam em determinados contextos, contribuindo para a reprodução da violência como prática ordinária.

Apesar de sua eficácia simbólica imediata, a violência como refúgio identitário apresenta limites estruturais evidentes. Os efeitos de reafirmação e controle produzidos pelo ato violento são temporários e tendem a reforçar dinâmicas de isolamento, deterioração relacional e estigmatização social. Longe de resolver a crise do reconhecimento, a violência contribui para reproduzir a precariedade identitária que pretende mitigar, fechando outras possíveis vias de recomposição não violenta.

Essa ambivalência — a violência como solução imediata e problema de longo prazo — é reconhecida parcialmente pelos próprios sujeitos, o que evidencia a existência de uma tensão não resolvida entre consciência moral e necessidade identitária. Compreender essa

tensão é fundamental para evitar tanto a romantização quanto a demonização simplista das masculinidades precarizadas.

Do ponto de vista analítico, os resultados deste capítulo ressaltam a necessidade de deslocar a análise da violência masculina para suas condições sociais de possibilidade, integrando precariedade estrutural, afetos políticos e processos de reconhecimento. Esse deslocamento permite superar abordagens centradas exclusivamente no castigo ou na correção individual, que tendem a intervir sobre os efeitos sem enfrentar as causas profundas do fenômeno.

Em termos de intervenção social e políticas de gênero, a conceitualização da violência como refúgio identitário convida a repensar as estratégias existentes. Intervir apenas sobre a conduta violenta, sem oferecer alternativas reais de reconhecimento e recomposição identitária, arrisca reforçar os mesmos bloqueios que alimentam a violência. Isso não implica relativizar sua gravidade, mas reconhecer que sua erradicação exige transformações estruturais e simbólicas mais amplas.

Por fim, embora a análise empírica se situe em um contexto específico, as dinâmicas identificadas apresentam clara transferibilidade analítica para outros cenários de desigualdade avançada, especialmente na América Latina. Processos de precarização, desclassamento juvenil e fragilização do reconhecimento masculino atravessam múltiplos contextos urbanos do Sul global, o que reforça a pertinência do enfoque proposto para o debate internacional sobre masculinidades e violência.

Conceber a violência masculina como refúgio identitário não significa justificá-la nem minimizar seus efeitos devastadores, mas compreendê-la em sua complexidade social. Somente a partir dessa compreensão é possível imaginar formas de intervenção que não se limitem a administrar a violência, mas que visem desativar as condições que a tornam necessária para determinados sujeitos. Nesse sentido, a análise sociológica aqui desenvolvida busca contribuir não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para uma reflexão crítica mais ampla sobre as formas contemporâneas de masculinidade, poder e sofrimento social.

Referências

AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh University Press, 2004.

ANDERSON, E. **Inclusive masculinity: The changing nature of masculinities**. Routledge, 2009.

CALDEIRA, T. P. R.. **City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. University of California Press, 2000.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W., Messerschmidt, J. W. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. **Gender & Society**, 19(6), 829–859.2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>. Acesso em: 02 abril 2026.

JEWKES, R., FLOOD, M., Lang, J. From work with men and boys to changes of social norms and reduction of inequities in gender relations: A conceptual shift. **The Lancet**, 385(9977), 1580–1589, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61683-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61683-4).

KIMMEL, M. **Guyland: The perilous world where boys become men**. Harper, 2008.

KIMMEL, M. **Angry white men: American masculinity at the end of an era**. Nation Books, 2013.

MESSNER, M. A. Forks in the road of men's gender politics: Men's rights vs feminist allies. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, 5(2), 6–20., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.v5i2.301>.

PAGÉS, J. C. **Macho. Varón, Masculino. Estudios de las masculinidades en Cuba**. Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

PÉREZ GALLO, Victor Hugo Las masculinidades: una visión desde el enfoque dramaturgico de Goffman. **Espacio Abierto**, 24(1), 29–44, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12236226002>.

PÉREZ GALLO, Victor Hugo La masculinidad “herida” y el voto a VOX entre jóvenes en situación de exclusión social en Zaragoza. **Studia Humanitatis Journal**, 5(2), 1–44. 2015a Disponível: Disponível em: <https://doi.org/10.33732/shj.v5i2.161>.

PÉREZ GALLO, Victor Hugo. Masculinidad hegemónica y violencia de pareja en Zaragoza: prácticas sociales y narrativas legitimadoras. **Tendencias Sociales**, (14), 121–141, 2025b. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/ts.2025.45942>.

PÉREZ GALLO, Victor Hugo. VIEIRA, Zoraide Santos. Masculinidad hegemónica, prácticas sociales de violencia de género y educación: estudio de casos múltiples en Zaragoza. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, 3(9), 1–27, 2022 Disponível em: <https://doi.org/10.22481/reed.v3i9.11409>.

RAMÍREZ GUERRERO, F. A. **Lenguaje violento: del burdel a la vida cotidiana**. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) Ecuador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/3f602cc8-aa5f-4788-96f2-ea67b44cc4fe>.

REGUILLO, R. Culturas juveniles: formas políticas del desencanto. Siglo XXI Editores. Valenzuela Arce, J. M. (2015). **Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina**. NED Ediciones, 2012.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. FGV Editora, 2004.